

## ÍNDICE

PREFÁCIO	5
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
INTRODUÇÃO	13

### PARTE I

<b>DO POTENCIAL DISCRIMINATÓRIO DA UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO DE RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES</b>	<b>15</b>
---	-----------

1. Os impactos da Era Digital no Direito do Trabalho. Considerações introdutórias.	17
1.1. Os impactos da Era Digital no processo produtivo. A indústria 4.0.	17
1.2. Os impactos da Era Digital nos trabalhadores, concretamente ao nível dos direitos fundamentais	21
2. O recrutamento e contratação de trabalhadores na Era Digital	23
2.1. Da utilização de algoritmos no recrutamento e contratação de trabalhadores. Considerações preliminares	23
2.2. Da utilização de algoritmos nas várias fases do recrutamento e contratação de trabalhadores	26
a) Fase de procura dos candidatos	26
b) Fase de triagem ou avaliação dos candidatos	29
c) Fase de seleção e contratação de candidatos	31
2.3. As fontes de discriminação algorítmica no recrutamento de trabalhadores	32

PARTE II

**DA (DES)PROTEÇÃO DO CANDIDATO A EMPREGO  
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA  
EM PROCESSOS DE RECRUTAMENTO**

39

CAPÍTULO I

**AS DIFICULDADES DE ENCAIXE CONCEPTUAL DA DISCRIMINAÇÃO  
ALGORÍTMICA NO DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO**

41

1. A discriminação algorítmica: uma verdadeira discriminação?	41
1.1. A discriminação direta	43
1.1.1. A discriminação por associação	45
1.1.2. A discriminação por percepção	46
1.2. A discriminação indireta	47
1.2.1. A demonstração de um caso de discriminação indireta	49
1.2.1.1. Definição do grupo em desvantagem e do respetivo grupo comparador	50
A) Definição do grupo em desvantagem	50
B) Definição do grupo comparador	51
1.2.1.2. Avaliação da natureza, severidade e significância do dano inerente à situação de desvantagem	53
1.2.1.3. Prova da existência da desvantagem sofrida pelo grupo protegido	55
1.2.1.4. A adequação e proporcionalidade do tratamento discriminatório	57
A) O critério discriminatório como requisito ocupacional genuíno determinante para o exercício da profissão	58
B) A proporcionalidade do critério discriminatório utilizado	59
2. Desafios e insuficiências decorrentes do âmbito de aplicação da proteção legal do Direito Antidiscriminatório no contexto algorítmico	62
2.1. A relação de causalidade entre as características protegidas e o efeito discriminatório	63
2.2. A taxatividade e a inadequação das características protegidas	65
2.3. A rigidez conceptual da discriminação indireta	69
2.4. A discriminação emergente e a especial relevância da discriminação interseccional no contexto algorítmico	70
3. Ferramentas técnicas ao serviço do Direito Antidiscriminatório: breve referência	73

CAPÍTULO II	
A TUTELA LEGAL DA POSIÇÃO DO CANDIDATO A EMPREGO EM PROCESSOS DE RECRUTAMENTO AUTOMATIZADO CONFERIDA PELO DIREITO DA PROTEÇÃO DE DADOS	77
1. O Direito de Proteção de Dados como ferramenta de combate à discriminação algorítmica	77
1.1. Os princípios norteadores do tratamento de dados pelo empregador. Em especial, o princípio da licitude do tratamento de dados	79
1.2. Os direitos do titular de dados como ferramenta de proteção à discriminação algorítmica	83
1.2.1. O direito à transparência	84
1.2.2. O direito à explicabilidade	86
1.2.3. O direito à retificação e ao apagamento dos dados	87
1.2.4. O direito a não ser sujeito a decisões automatizadas	89
1.2.4.1. O conceito de decisão automatizada para efeitos do art.º 22.º do RGPD. O pressuposto da proteção através da intervenção humana	89
1.2.4.2. Efeitos de decisões automatizadas relevantes em sede do art.º 22.º do RGPD	92
1.2.5. O direito a contestar decisões automatizadas	94
1.3. Outros instrumentos de proteção de dados ao serviço do Direito Antidiscriminatório	95
2. Insuficiências do Direito da Proteção de Dados	96
2.1. O conceito de dados pessoais e a barreira da identificabilidade: os dados de terceiros e os dados anónimos ou anonimizados	96
2.2. O conceito de dados sensíveis e a possibilidade (ou necessidade?) de extensão aos dados correlacionados	97
2.3. O direito do titular a inferências razoáveis?	102
PRINCIPAIS NOTAS CONCLUSIVAS	105
I. A invasão da privacidade do candidato a emprego nos processos de recrutamento e a respetiva proteção legal à luz do Direito Antidiscriminatório e do Direito da Proteção de Dados	105
II. As dificuldades de encaixe conceptual da discriminação algorítmica no Direito Antidiscriminatório. Necessidade de novas abordagens ao conceito de característica protegida	106

III. As limitações da proteção conferida pelo Direito da Proteção de Dados à discriminação algorítmica. Em especial: a desproteção quanto às inferências algorítmicas	107
IV. A necessidade da aplicação concertada do Direito Antidiscriminatório e do Direito da Proteção de Dados na resposta à discriminação algorítmica	108
BIBLIOGRAFIA	109
LISTA DE JURISPRUDÊNCIA	117